



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Senhor Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, informações a respeito da criminalidade e domínio de facções na região da Amazônia Legal e o plano de segurança pública do Ministério.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações a respeito da criminalidade e domínio de facções na região da Amazônia Legal e o plano de segurança pública do Ministério.

- 1) Qual o plano de segurança pública do Ministério para a região da Amazônia Legal com a finalidade de conter o avanço da criminalidade?
- 2) Quais são as políticas públicas já em andamento e por qual razão elas não têm sido eficaz, levando em consideração o aumento dos números?
- 3) O que falta para o Ministério colocar em prática um verdadeiro plano de contenção de combate à criminalidade e de facções criminosas?
- 4) Como o corte o no orçamento impactará o desenvolvimento de políticas públicas de combate ao crime organizado?¹
- 5) Há previsão de novas bases e aumento do efetivo federal?

Justificativa

1 <https://noticias.r7.com/brasil/governo-corta-r-708-milhoes-da-verba-para-combate-a-criminalidade-no-orcamento-2024-09092023>





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Apresentação: 04/12/2023 11:30:04,667 - MESA

RIC n.2942/2023

De acordo com novo levantamento do Fórum Nacional de Segurança Pública, publicado dia 30/11, 178 municípios, de 772 que compõem a região da Amazônia Legal, registram a presença de grupos criminosos brasileiros e estrangeiros, que atuam no tráfico de drogas, armas e outros itens, o que corresponde a 23% das cidades. O levantamento aponta a atuação de grupos vindos da Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.²

O número é representativo ao levar em consideração a quantidade de habitantes que vivem nos municípios afetados: moram no local 57,9% do total de pessoas que residem na Amazônia Legal. Grupos do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) são alguns deles. Pensar que 1/3 dos habitantes da Amazônia Legal está em áreas conflagradas e em disputa, sujeitos às dinâmicas de violência extrema e sobreposição de ilegalidades e crimes é algo extremamente grave preocupante.

Ainda, é preciso lembrar que a proposta de orçamento para 2024 do governo federal cortou em 31,5% os recursos voltados a ações de prevenção e enfrentamento da criminalidade e de desenvolvimento de políticas de segurança pública. Enquanto em 2023 o poder público teve R\$ 2,244 bilhões para essas finalidades, para o ano que vem a previsão é de que a verba seja de R\$ 1,536 bilhão, uma redução de R\$ 708 milhões. O corte do governo na segurança pública demonstra a pouca prioridade para a área, beneficiando ainda mais o crime organizado e a criminalidade.

Passados quase um ano de gestão do Ministro Flávio Dino, ainda não se sabe qual o plano de segurança pública do governo, a criminalidade tem aumentado e a população sofre com falta a falta de segurança. Dessa forma, encaminho os questionamentos acima a fim de que o Ministério elucide esses pontos.

Brasília, 04 de dezembro de 2023.

CAPITÃO ALBERTO NETO

2 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/11/30/pcc-e-cv-94-amazonia-legal-sob-dominio-do-crime-forum-de-seguranca-publica.htm>



* C D 2 3 8 3 3 1 3 6 4 4 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

PL/AM

Apresentação: 04/12/2023 11:30:04,667 - MESA

RIC n.2942/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238331364400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

